



VIOÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS, COGNITIVAS E EMOCIONAIS: revisão integrativa de literatura

DOI: 10.22289/2446-922X.V6N2A6

Emanuela Varela de **Aguiar**¹
Caroline Araújo Lemos **Ferreira**

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a violência sexual contra crianças e adolescentes e seus impactos e suas consequências psicológicas, cognitivas e emocionais. É uma revisão integrativa de literatura de análise de produção científica brasileira e objetivou caracterizar o tema a partir de um levantamento desenvolvido nas bases de dados CAPES, LILACS e SciELO, de 2007 a 2017. A amostra de 11 artigos foi submetida a uma leitura aprofundada sobre as consequências da violência sexual. Na filtragem dos documentos utilizou-se os seguintes descritores “violência sexual” ou “abuso sexual” ou “criança e adolescente”. As informações encontradas foram agrupadas em três categorias: (a) Categorização temática dos artigos, (b) Alterações emocionais, comportamentais, cognitivas e sintomas físicos; (c) A revelação do abuso (d) Abuso sexual intrafamiliar: a convivência diária com o possível agressor/violentador. O modelo apresentado sintetiza os resultados dos estudos e representa um avanço no desenvolvimento teórico na área. Este modelo aumenta a visibilidade de questões conceituais sobre as consequências do abuso sexual sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo contribuir para o aprimoramento do conhecimento nessa área específica.

Palavras-chave: Violência Sexual; Abuso Sexual; Criança e Adolescente.

SEXUAL VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS AND THEIR PSYCHOLOGICAL, COGNITIVE AND EMOTIONAL CONSEQUENCES: integrative literature review

ABSTRACT

This research has as its theme sexual violence against children and adolescents and its impacts and psychological, cognitive and emotional consequences. It is an integrative literature review of Brazilian scientific production analysis and aimed to characterize the theme from a survey developed in the CAPES, LILACS and SciELO databases, from 2007 to 2017. The sample of 11 articles was subjected to an in-depth reading about the consequences of sexual violence. In filtering the documents, the following descriptors were used “sexual violence” or “sexual abuse” or “child and adolescent”. The information found was grouped into three categories: (a) Thematic categorization of articles, (b) Emotional, behavioral, cognitive and physical symptoms changes c) The disclosure of abuse (d) Intra-family sexual abuse: daily living with the possible aggressor

¹ Endereço eletrônico de contato: manuaguiar123456@hotmail.com

Recebido em 25/04/2020. Aprovado pelo conselho editorial para publicação em 04/08/2020.



/ abuser. The model presented summarizes the results of the studies and represents an advance in theoretical development in the area. This model increases the visibility of conceptual questions about the consequences of sexual abuse on the development of children and adolescents, and can contribute to the improvement of knowledge in this specific area.

Keywords: Sexual Violence; Sexual abuse; Child and teenager.

LA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA NIÑOS Y ADOLESCENTES Y SUS CONSECUENCIAS PSICOLÓGICAS, COGNITIVAS Y EMOCIONALES: revisión integrativa de la literatura

RESUMEN

Esta investigación tiene como tema la violencia sexual contra niños y adolescentes y sus impactos y consecuencias psicológicas, cognitivas y emocionales. Es una revisión integradora de la literatura del análisis de la producción científica brasileña y tiene como objetivo caracterizar el tema de una encuesta desarrollada en las bases de datos CAPES, LILACS y SciELO, de 2007 a 2017. La muestra de 11 artículos fue sometida a una lectura en profundidad sobre las consecuencias de la violencia sexual. Al filtrar los documentos, se utilizaron los siguientes descriptores "violencia sexual" o "abuso sexual" o "niño y adolescente". La información encontrada se agrupó en tres categorías: (a) Categorización temática de artículos, (b) Cambios en los síntomas emocionales, conductuales, cognitivos y físicos; (c) La divulgación del abuso (d) Abuso sexual intrafamiliar: convivencia diaria con el posible agresor / abusador. El modelo presentado resume los resultados de los estudios y representa un avance en el desarrollo teórico en el área. Este modelo aumenta la visibilidad de las preguntas conceptuales sobre las consecuencias del abuso sexual en el desarrollo de niños y adolescentes, y puede contribuir a la mejora del conocimiento en esta área específica.

81

Palabras clave: Violencia sexual; Abuso sexual; Niño y adolescente.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade, manifestando-se de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, em acordo com aspectos culturais. As expressões do fenômeno da violência integram uma rede que envolve a violência estrutural (oriunda do sistema social), assim como a violência interpessoal (doméstica, trabalho, amigos), atravessando camadas sociais, podendo transformar vítimas em agressores (Minayo, 2011).

Em relação aos tipos de violência que circundam o cenário da infância e da adolescência, pontua-se que de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, o termo maus tratos é um marco que define todas as formas de tratamento abusivo ou negligente, sejam esses de natureza física, emocional, sexual, ou também qualquer outro tipo de exploração contra a criança e ao adolescente (Organização Mundial de Saúde, 1996). Neste contexto, o agressor costuma contar



com um aliado poderoso que é o silêncio das vítimas, assegurado por medo, vergonha e sentimento de culpa.

Na discussão de Santoucy e Barros (2014) maus tratos é trazido como um tipo de violência que se expressa através de quatro modalidades, que são de difícil dissociação, posto que, em geral, situações de maus tratos envolvem mais de um tipo dessas modalidades. A saber, violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência. Neste contexto, um agravante que se coloca é a condição da criança como sujeito em período peculiar do seu desenvolvimento, tanto no que se refere aos processos de amadurecimento fisiológico, incluindo a maturação de regiões e funções do cérebro, quanto de aquisições de experiências sociais e culturais.

A experiência vivenciada na forma de violência é um problema social que atinge crianças e adolescentes, independente de classe social, podendo influenciar direta ou indiretamente seu desenvolvimento físico e emocional. E diferentes formas de violência podem ser vivenciadas como traumáticas, gerando prejuízos desenvolvimentais nos âmbitos emocional, cognitivo, comportamental e social.

Com referência à violência sexual, a Organização Mundial de Saúde traz em sua conceituação a violência sexual como um problema global tanto no senso geográfico, por estar presente em todos os países do mundo e níveis da sociedade, como por atingir pessoas de ambos os sexos e de todas as idades. Sendo caracterizada por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado (crianças e adolescentes), desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade previstos na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990).

Destaca-se na discussão sobre violência sexual que essa pode ser compreendida a partir de duas especificidades/peculiaridades, sendo essas: exploração sexual e abuso sexual, ambas, se diferenciando de modo distintos. A exploração sexual se dá através de uma relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios coercitivos ou não, podendo ser expressada de quatro formas: pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição. Já o abuso sexual é trazido como qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar – relação entre pessoas que tenham laços afetivos, quanto no âmbito extrafamiliar – relação entre pessoas que não possuem parentesco (Florentino, 2015).

No cenário da violência, o Brasil apresenta dados significativos. Em todo o país, foram registradas 12.473 notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças menores de 10 anos. Deste total, ocorreram 1.797 notificações entre menores de 1 ano e 10.682 na faixa de 1-9 anos. Considerando-se todas as faixas etárias, obteve-se um total de 73.794 notificações (16,9% referentes a crianças) (Brasil, 2010).



No que concerne aos dados específicos da violência sexual no país, de acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, o país registrou no ano de 2015, o total de 17.583 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes, sendo as meninas as maiores vítimas. A literatura aponta que nos casos de violência sexual, por exemplo, é comum haver, paralelamente, violência física e psicológica. Conceitualmente, a violência psicológica pode ser entendida como toda interferência negativa do adulto sobre as crianças formando, nas mesmas, um comportamento com características destrutivas (Rosa & Cionek, 2006).

No que se refere aos danos do abuso sexual, estudos revisados por (Borges & Dell'Aglio, 2008) evidenciaram prejuízos neurobiológicos e neuropsicológicos importantes associados ao abuso sexual infantil. Os mesmos estudos ressaltam, porém, a imperiosa necessidade de novas pesquisas relacionadas às implicações do estresse na infância, bem como em populações que foram vítimas de outros tipos de violência, além da sexual, com vista nos fatores neurodesenvolvimentais envolvidos no processo.

A literatura aponta que o abuso sexual, apesar de sua incidência e da relevância do seu diagnóstico para a identificação precoce de fatores de risco e para implantação de programas preventivos, ainda se constitui o tipo de violência contra crianças e adolescentes de menor notificação, envolvido num profundo pacto de silêncio e tabus culturais, o que contribui para o desconhecimento de sua real incidência e mecanismos (Martins & Jorge, 2010).

A violência sexual contra a criança e contra o adolescente torna-se, dentre os diversos tipos de violência, uma discussão relevante, tendo em vista seus domínios de alcance nos diversos cenários de debate da sociedade. Essa revisão tem como principal objetivo colocar em evidência a temática e suas possíveis consequências para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e adolescentes alvo.

83

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma pesquisa construída com base em levantamento bibliográfico de estudos qualitativos-descritivos. E no que concerne a pesquisa qualitativa, essa consiste em uma abordagem metodológica ampla no campo das revisões bibliográficas, por permitir a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais, para uma compreensão completa do fenômeno investigado, gerando um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos. Estabelece o conhecimento atual sobre uma temática específica, sintetiza as pesquisas disponíveis sobre o tema a ser estudado e pode direcionar a prática fundamentada em conhecimento científico (Souza, Silva & Carvalho, 2010).

A revisão integrativa da literatura é um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE) que possibilita a síntese e análise do conhecimento produzido acerca da temática



investigada, constituindo-se em uma técnica de pesquisa com rigor metodológico, aumentando a confiabilidade e a profundidade das conclusões da revisão (Roman & Friededlander, 1999).

O corpus de análise deste estudo foi constituído por dois procedimentos básicos de seleção realizada nas bases de dados CAPES, LILACS e SciELO para o período específico de 2007 a 2017. Na 1ª filtragem, selecionamos documentos que apresentaram os descritores “violência sexual” ou “abuso sexual” ou “criança e adolescente” ou “consequências da violência sexual” em seus títulos ou palavras-chave, bem como o texto completo disponível para leitura na língua portuguesa. Com esse procedimento, obtivemos 22 trabalhos, que tiveram na íntegra seus títulos, palavras-chave e resumos lidos.

A pesquisa identificou, inicialmente, 349 artigos (273 na Medline, 47 na LILACS e 29 na Scielo). Após leitura dos resumos, foram excluídos aqueles que não se enquadravam ao tema proposto, bem como os duplicados, restando 22 artigos. Destes, apenas 11 artigos possuíam conteúdo disponível para leitura, passando a compor o corpus de análise do presente estudo (Quadro 1).

Desses foram identificados, 11 artigos para análise que são produções nacionais (1,2,3,4,5,6,7,8,9, 10, 11), dentre os quais (2) foram publicados nos Arquivos Brasileiros de Psicologia, Psicologia e Sociedade, Temas em Psicologia (4), Revista de Psicologia (1), Revista Texto e Contexto de Enfermagem (2), Estudos de Psicologia (1); Revista Crescimento e Desenvolvimento (1).

Os critérios de inclusão de artigos foram: produções realizadas em língua portuguesa; publicações realizadas nos últimos dez anos (2007–2017); possuir conteúdo disponível online gratuitamente na íntegra; e discutir a violência sexual contra crianças e adolescentes e suas possíveis consequências. Como critério de exclusão, optou-se por não utilizar textos incompletos, artigos em língua estrangeira e que não estivessem disponíveis integralmente on-line.

Os artigos foram selecionados, conforme os critérios pré-estabelecidos. A priori foi realizada uma leitura acerca das possíveis consequências do abuso sexual em crianças e adolescentes, com o objetivo de relacionar os autores que tratam do tema. Essa leitura possibilitou a construção dessa discussão teórica de forma dialogada.

Com relação à frequência de publicações por ano, os artigos dividiram-se da seguinte forma: 1 artigo de 2015, 1 artigo de 2012, 1 artigo de 2011, 3 artigos de 2010, 1 artigo de 2009, 3 artigos de 2008 e 2 artigos de 2007. De modo geral, os estudos levantados objetivaram: Identificar a discussão em torno do tema violência e abuso sexual e as possíveis consequências desse evento estressor na vida de crianças e adolescentes alvo.

No quadro 1, encontra-se a relação dos artigos identificados e selecionados para o estudo, sendo eles caracterizados quanto a autores, título, ano, periódico, país da publicação, e

informações metodológicas mais relevantes. Descreve-se, a seguir, os principais dados presentes na tabela com indicação, entre parênteses, dos respectivos artigos, na ordem em que aparecem:

Quadro 1 - Descrição dos artigos analisados.

Autor	Título	Ano	Periódico	Método
Florentino	As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes	2015	Revista de Psicologia	Pesquisa bibliográfica
Batista; Barros e Delbem	Abuso e a violência sexual no infante juvenil incestogênico e seus aspectos psicológicos.	2012	Temas em Psicologia	Pesquisa bibliográfica.
Huh e Cavalini	Consequências do Abuso Sexual Infantil no Processo de Desenvolvimento da Criança: Contribuições da Teoria Psicanalítica.	2011	Temas em Psicologia	Pesquisa bibliográfica.
Martins e Jorge	Abuso Sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores no Sul do Brasil	2010	Texto Contexto Enferm	Estudo descritivo e de corte transversal
Santos e Dell'Aglio	Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil.	2010	Psicologia & Sociedade	Revisão Integrativa de Literatura.
Neves e Cury	Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares	2010	Temas em Psicologia	Estudo descritivo e exploratório
Boarati; Sei e Arruda	Abuso Sexual na Infância: A vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças.	2009	Rev Bra Crescimento e Desenv Humano	Estudo descritivo e exploratório
Balbinotti	A violência sexual infantil intrafamiliar: A revitimização da criança e do adolescente	2008	Temas em Psicologia.	Estudo descritivo



	vítimas de abuso.			
Habigzang, Corte, Hatzemberger, Stroehrer & Koller	Avaliação Psicológica em Caso de Abuso Sexual na Infância e Adolescência	2008	Temas em Psicologia	Estudo descritivo
Costa; Penso; Rufinil; Mendes; Borba	Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica	2007	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Estudo descritivo
Pelisolli; Teodoro; Dell'Aglio	A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso	2007	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Estudo descritivo

Como forma de facilitar o entendimento acerca do tema, foram dispostos no resultado e discussão as seguintes categorias: Categorização temática dos artigos; Alterações emocionais, comportamentais e cognitivas; Sintomas físicos; A revelação do abuso e Abuso sexual intrafamiliar: a convivência diária com o possível agressor/violentador.

86

Caracterização temática dos artigos

Compreender e avaliar a extensão das consequências do abuso sexual infanto-juvenil não é um trabalho fácil, pois existe uma carência de estudos longitudinais que se proponham a acompanhar as vítimas por um longo prazo. Isso se dá em função da ausência de grupos de controle apropriados; por isso, o pouco conhecimento (existente na literatura) que se tem sobre as consequências deste tipo de violência. Esse trabalho foi construído a partir de uma revisão integrativa de literatura que traz conceitos e as principais consequências do abuso sexual na vida de crianças e adolescentes.

Florentino (2015) traz na sua discussão acerca das possíveis consequências do abuso sexual infanto-juvenil, que ele é um dos tipos de maus-tratos mais frequentes, apresentando implicações médicas, legais e psicossociais que devem ser cuidadosamente estudadas e entendidas pelos profissionais que lidam com esta questão. No levantamento feito em seu estudo, diversas consequências foram apontadas como presentes, nessas faixas etárias, dentre as quais: marcas – físicas, psíquicas, sociais, sexuais, entre outras – que poderiam comprometer seriamente a vida da vítima (criança ou adolescente) que passou por determinada violência. Podendo-se afirmar que as primeiras consequências sobre a saúde da vítima são primeiramente a



violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade para acontecer.

De acordo com Jin, Huh & Cavalini (2011), as consequências desse tipo de violência podem ser devastadoras para o desenvolvimento físico, social e psíquico da criança, podendo implicar outras questões diretamente ligadas à sexualidade. Sendo o abuso sexual, de caráter incestuoso ou não, deixa a criança numa sensação de total desamparo. Essa sensação de desamparo torna-se uma das primeiras consequências de sofrimento sentidas pelas vítimas desse tipo de violência. Na adolescência, os sintomas mais comuns são: depressão, isolamento, comportamento suicida, autoagressão, queixas somáticas, atos ilegais, fuga, abuso de substâncias e comportamento sexual inadequado.

A experiência de abuso sexual pode afetar o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social de crianças e adolescentes de diferentes formas e intensidade e seu impacto está relacionado a três conjuntos de fatores: fatores intrínsecos à criança, tais como vulnerabilidade e resiliência pessoal; fatores extrínsecos, envolvendo a rede de apoio social e afetiva da vítima; e, fatores relacionados com a violência sexual em si, como, por exemplo: duração, grau de parentesco/confiança entre vítima e agressor, reação dos cuidadores não-abusivos na revelação e presença de outras formas de violência. E devido à complexidade e à quantidade de fatores envolvidos no impacto da violência sexual, ressaltam que esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias. Crianças e adolescentes alvo podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares e dissociativos, enurese, encoprese, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático (Habigzang & Koller, 2006).

87

Corroborando com esse entendimento Florentino (2015) traz para essa discussão que há um entendimento comum entre a maioria dos pesquisadores, que aponta que o abuso sexual infantil é um facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. E os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida.

E a literatura ressalta que os efeitos do abuso sexual para a vida adulta envolvem a falta de prazer no sexo ou a ausência de autonomia por parte dos vitimizados, além da promiscuidade, distúrbios na sexualidade e a tendência à prostituição (Jin, Huh & Cavalini, 2011).

Pontua-se, todavia que as implicações desse tipo de violência são distintas, variando caso a caso. Dependem de fatores, entre outros, como a “idade da criança à época do abuso sexual, o elo de ligação existente entre ela e o abusador, o ambiente familiar em que a criança vive, o impacto que o abuso terá após a sua revelação, a reação dos conhecidos, as decisões sociais, médicas e judiciárias que intervirão no caso. É possível a partir da fala desse autor se ter uma noção do universo complexo envolto em uma situação de abuso sexual, haja vista as diversas



esferas sociais solicitadas quando ocorre a violência (Balbinotti, 2008). Isto posto, torna-se possível perceber as diversas singularidades envolvidas no processo desde o evento do abuso até as consequências institucionais e sociais por ele provocadas.

Ressalta-se em relação às formas de enfrentamento da situação, que de um modo geral, ocorre um despreparo generalizado envolvendo desde os profissionais da área da saúde, educadores e juristas até as instituições escolares, hospitalares e jurídicas em manejar adequadamente os casos de abuso sexual (Jin, Huh & Cavalini, 2011).

Alterações emocionais, comportamentais e cognitivas

De acordo com Habigzang e Koller (2008) as alterações emocionais, referem-se aos sentimentos de medo, vergonha, culpa, ansiedade, tristeza, raiva e irritabilidade. Referindo-se ao desenvolvimento psicológico e emocional da criança, Jin, Huh & Cavalini (2011) apontam em seu estudo que uma experiência de abuso sexual na vida da criança/adolescente pode produzir efeitos catastróficos do ponto de vista psíquico, tendo em vista, que afeta distintos aspectos da estrutura psicológica do indivíduo.

Habigzang (2008) indica como alterações comportamentais: conduta hiper sexualizada, abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, tais como se machucar e tentativas de suicídio. Essas alterações comportamentais podem dar origem a Transtorno Dissociativo, Transtorno Depressivo Maior, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtornos Alimentares. Como também sentimento de culpa, baixa autoestima, timidez, agressividade, medo, embotamento afetivo, isolamento, dificuldade em confiar nos outros, alterações no sono, dores abdominais, fugas de casa, mentiras, sexualidade exacerbada e desesperança em relação ao futuro. Para além dessas alterações comportamentais, os autores trazem em seu estudo baixa concentração, dificuldade de manter o foco e a atenção, dissociação, refúgio na fantasia, baixo rendimento escolar e crenças distorcidas, sendo essas: percepção de culpa pelo abuso, diferença em relação aos pares, desconfiança e percepção de inferioridade e inadequação. Sendo igualmente apontados indicadores de depressão e sintomas de ansiedade.

Como resultado das alterações cognitivas decorrentes do abuso sexual (Jin, Huh & Cavalini, 2011), apontaram o baixo rendimento escolar anteriormente evidenciado na categoria alterações comportamentais, identificando o baixo rendimento como algo recorrente no grupo de vítimas alvo do seu estudo. Outras alterações cognitivas importantes notadas foram os sintomas de depressão, ansiedade e crenças distorcidas em relação à violência, essas alterações estão diretamente associadas com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), sendo esses indicadores importantes do quadro.



E no que diz respeito ao (TEPT) (Dell'Aglio & Santos, 2008) apontam ele como uma importante alteração cognitiva recorrente do abuso sexual. Como forma de corroborar esse entendimento, Habigzang (2008) ressalta que o TEPT é a psicopatologia mais citada como decorrente do abuso sexual, uma vez que é estimado que 50% das crianças que foram vítimas alvo apresentaram o diagnóstico de TEPT, ou mesmo, critérios de revivência e hipervigilância.

Sintomas Físicos

Em estudo descritivo, Martins & Jorge (2010), identificaram entre as vítimas da violência sexual, a sequela física como o efeito mais comum, correspondendo a um total de (92,9%) nas vítimas alvo em seu estudo, paralela a sequela psicológica.

Relacionado a isso, Habigzang (2008) apontam que o abuso sexual pode ocasionar sintomas físicos significativos, tais como: hematomas e traumas nas regiões oral, genital e retal, coceira, inflamação e infecção nas áreas genital e retal, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, doenças psicossomáticas e desconforto em relação ao corpo. Importante ressaltar que os sintomas físicos nem sempre serão visíveis e presentes no abuso sexual, o que pode confundir o profissional que faz o primeiro acolhimento, o sintoma físico se configura como uma prova corpórea, que na maioria dos casos, da origem aos processos judiciais em torno da violência e gera na prática os encaminhamentos para a rede de suporte.

Ressalta-se diante dessa categoria uma preocupação particular, a prova física em muitos casos não se faz presente, todavia, sua inexistência não pode anular a hipótese, havendo, portanto, a necessidade de avaliar os outros aspectos. E esse é um ponto importante de atenção e reflexão, haja vista que a manifestação das consequências vai para além dos sintomas físicos descritos e possuem igual importância.

As categorias descritas a posteriori, de um modo geral, são norteadores importantes dentro dessa discussão, porque podem facilitar um melhor entendimento acerca das diversas consequências do abuso sexual, seu conhecimento pode auxiliar a construção de protocolos de avaliação e acolhimento específicos, voltados ao abuso sexual.

A revelação do abuso

A denúncia do abuso sexual tem como primeira consequência a notificação do abuso como forma de dar conhecimento ao evento, tanto para informar os espaços de saúde dessa informação quanto aos órgãos da justiça competentes para que medidas sejam tomadas, a notificação não tem um valor judicial, mas é um instrumento importante no registro do evento. A elaboração deste instrutivo por parte do Ministério da Saúde (MS) responde ao desafio de implantar a vigilância



epidemiológica dos casos de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, com uma uniformização de conceitos, facilitando o entendimento das categorias e variáveis que compõem a ferramenta de coleta das informações relativas aos eventos das violências (Ministério da Saúde, 2009).

Mesmo não tendo valor judicial, na prática em muitos serviços, tanto da rede de saúde, quanto da rede sócio assistencial, a ficha de notificação de violência é vista como uma ferramenta de inquirição e de caráter punitivo. Esse entendimento, por vezes, disseminado nos serviços de atendimento, não valida sua importância, prejudicando, por vezes, sua operacionalidade o que acarreta, por conseguinte, um recorde unilateral do seu alcance multifatorial.

No tocante a dificuldade de notificar por parte dos profissionais da rede de suporte, Santos & Dell'Aglio (2010) descrevem em seu estudo a reação de alguns profissionais diante da revelação de abuso, sendo as principais: a dificuldade em emitirem apoio e compreensão diante das vítimas no momento da revelação, questionando inclusive a veracidade de seus relatos, a minimização da dor das vítimas durante a escuta do abuso, e a utilização de expressões de surpresa e choque diante da revelação. Essa postura profissional gerou nas vítimas alvo do seu estudo, sentimentos negativos, tais quais: raiva, traição e desconfiança. É válido trazer para essa discussão a hipótese de que essa realidade pode ser reflexo de um despreparo técnico, o que contribui para posicionamentos equivocados e inconsistentes diante do fenômeno e da sua real complexidade.

90

Em relação à notificação do abuso sexual contra crianças e adolescentes (Santos & Dell'Aglio, 2010) apontam que, de um modo geral, ela envolve complexos fatores individuais, familiares e sociais. E embora diversos estudos internacionais explorem as múltiplas dificuldades relacionadas ao processo de revelação do abuso sexual, em nossa realidade poucas pesquisas abordam essa questão. Estudos nacionais focam, principalmente, aspectos relacionados à notificação do abuso, explorando as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da saúde, educação e do direito. A notificação envolve na prática a divulgação dos dados do agressor, o contexto da violência que circundam: o local da sua prática, quem o praticou, e qual o tipo de violência.

A respeito da demora em notificar por parte dos familiares, no caso específico da violência contra a criança e contra o adolescente. Santos & Dell'Aglio (2010) relatam que muitas vezes as famílias demoram em tomar iniciativa para denunciar as situações de abuso e que, quando isso ocorre, nem sempre há encaminhamento para atendimento ou, ainda, quando há o encaminhamento, esse pode não ocorrer de forma imediata. Logo, identifica-se uma lacuna na rede de proteção, na medida em que alguns casos acabam não sendo acompanhados devidamente. Bem como, as instituições destinadas à defesa e garantia dos direitos de todos envolvidos em situações de abuso sexual, especialmente às vítimas, ao formalizarem e



encaminharem a notificação do abuso, por vezes não conseguem ofertar um seguimento de suporte contínuo e sistemático, diminuindo a atenção ao caso.

No que concerne as denúncias da violência sexual, em pesquisa realizada por Martins & Jorge (2010), no município de Londrina-PR (Região Sul do país), no ano de 2006, identificou-se tipos de denunciadores diferentes. Ao todo, 186 casos de abuso sexual foram analisados contra crianças e adolescentes, tendo como principais denunciadores os familiares, dentre os quais: tios, cunhados, irmãos e primos (67,2%) seguidos pela mãe (8,1%), diretor da escola (7,0%), pai (5,4%), profissionais de saúde (3,2%), vizinhos (2,7%), a própria vítima (2,7%), avós (1,6%), outros (1,1%), tendo sido apenas anônimos (1,1%) resultado de denúncia anônima. Esse estudo foi resultado de um levantamento feito junto aos Conselhos Tutelares da Região de Londrina-PR.

Com relação às notificações de violência e as principais vítimas desse tipo de violência, em estudo descritivo, identificou-se um predomínio do sexo feminino nos casos de notificação de violência sexual, no total de 74,2%, numa razão de masculinidade de 0,3 ou, ainda, numa proporção de 2,9 meninas para cada menino. Entre as meninas, observou-se concentração de casos na faixa etária dos 10 aos 14 anos 58,0%, seguida pela faixa etária de cinco a nove 31,8% e de zero a quatro anos 10,1%. Esse levantamento foi realizado em um município do Sul do Brasil (Martins & Jorge, 2010).

Como pode ser observado nos dados de notificação apresentados, as meninas foram apontadas como as principais vítimas do abuso sexual. Pode-se inferir a partir desses dados diversos questionamentos importantes para a essa discussão, dentre os quais: Por que as meninas ainda são os principais alvo desse tipo de violência? E, principalmente, por que em nossa cultura ainda se perpetua essa realidade? Esses são questionamentos importantes para entendermos o porquê desse dado ser algo recorrente nos estudos realizados nessa área. Uma ideia reforçada em nossa sociedade, que pode de um modo muito superficial responder a esse dado é o entendimento de uma cultura machista que perpetua e reforça a imagem da menina/adolescente/mulher como sexualizada e coisificada.

Dentro dessa discussão Melhem & Rosas (2013) explicam que o processo de coisificação é tão forte que a própria mulher se percebe como objeto. As autoras trazem uma reflexão interessante acerca da expressão “coisificação” deixando claro a realidade a que se refere. A expressão coisificar significa transformar em coisa, em objeto. A coisificação no respectivo estudo se refere à mulher, e situações em que é tratada como objeto pelo sexo oposto e por si mesma. A mulher vira algo decorativo, instrumento das vontades masculinas, sem vontade própria. Inanimada, a mulher torna-se coisa. Pensamento que legitima, conseqüentemente, atos de violência que sustentam um ciclo vicioso de relações abusivas que se iniciam na infância, indo até a vida adulta.



Jin, Huh & Cavalini (2011) ilustram que as implicações desse tipo de violência para as mulheres que sofreram abuso sexual na infância: depressão, ansiedade e problemas de relacionamento, vividos por diversas vezes de forma violenta. Nesse mesmo levantamento é pontuado que em alguns casos, as mulheres apresentavam sexualidade exacerbada e que, por diversas vezes tinham uma imagem confusa de si mesmas e fobias. Essas reflexões dos efeitos do abuso sexual na infância da vida de mulheres violentadas tornam-se necessárias para podermos ter uma real dimensão da complexidade envolta em situações de violência sexual direcionadas a figura feminina.

Abuso sexual intrafamiliar: a convivência diária com o possível agressor/violentador

Optou-se por abordar o abuso sexual no contexto intrafamiliar em decorrência do índice elevado de denúncias que apontam o padrasto e outros parentes próximos como os principais agressores nos casos registrados desse tipo de violência, tendo sido a residência da vítima, o principal local da ocorrência.

Em estudo descritivo realizado por Martins & Jorge (2008) ressalta-se que o abuso sexual intrafamiliar é de difícil notificação, por envolver tabus e discriminação das vítimas, que são na maioria dos casos vistas como culpadas. Outros autores consideram a violência sexual intrafamiliar subestimada, em decorrência do sub-registro, destacando que os fatores que contribuem para a pouca denúncia das vitimizações sexuais se dão em razão do medo, da falta de credibilidade no sistema legal e o silêncio do cúmplice.

Quando se pensa no aspecto da convivência da vítima com seu possível agressor/violentador dentro da convivência familiar. Balbinotti (2008) traz como consequências para a criança a sensação de desamparo, tendo em vista, que de um modo, ou outro, as crianças podem ser mantidas próximas aos agressores/violentadores, tal situação poderia gerar a síndrome do segredo que surge em decorrência do prosseguimento do convívio da vítima com o agressor o que poderia acarretar a curto, médio e longo prazo uma possível reincidência do abuso. E essa relação não protetiva poderia gerar na criança essa síndrome em decorrência da imposição do silêncio que surge sob a ameaça de ser a criança responsabilizada por exemplo: pelo término do casamento dos pais, desintegração familiar, prisão do abusador, expulsão dela do seu próprio lar, sua morte, ou mesmo, do próprio descrédito de sua palavra.

As consequências trazidas Jin, Huh & Cavalini (2011) coadunam com as reflexões trazidas por (Balbinotti, 2008), haja vista que ressalta que a criança abusada sexualmente vivencia a situação de ameaça e desamparo, sendo a angústia experimentada a de morte. E o sentimento de desamparo torna-se a consequência da quebra de confiança das figuras que esperava proteção amorosa. Ressalta-se que a condição da criança como sujeito é abolida e o agravante é que a



violência exercida pelo adulto, que deveria ser referência de modelo para suas relações futuras foi o responsável pela anulação da sua própria subjetividade. A criança sente-se traída, e ao mesmo tempo, culpada, pois é levada a fantasiar que foi a causadora de sua própria situação de abuso, criando-se um vínculo maior em relação ao silêncio.

Estudos apontam que quando a violência sexual é intrafamiliar há por consequência para a criança uma distorção de sua autoimagem e da imagem do mundo, ocorrendo uma confusão na percepção de si mesma, e de suas emoções, pois a vivência traumática ocorre em um período de grande vulnerabilidade, no qual a criança está desenvolvendo sua capacidade de elaboração psíquica. O abuso sexual infantil intrafamiliar promove uma desarticulação de todos os vínculos sejam eles sociais, familiares ou pessoais, pois a criança não encontra mais no pai/ padrasto/tio, ou mesmo, qualquer figura masculina agressora próxima um modelo de respeito às leis, e isso torna-se uma perturbação importante para a criança o que acaba reforçando também uma sensação de culpa (Jin, Huh & Cavalini, 2011).

Balbinotti (2008) traz uma reflexão interessante de como crianças/adolescentes que sofrem abusos sexuais e desamparo reagem das mais diversas formas, sendo uma delas a dissociação. Não sendo incomum, principalmente diante de uma adaptação psicológica à situação intolerável, se configurando como uma defesa inconsciente do menor que pode levá-lo a “estados alterados de consciência para desligar-se da dor ou a própria dissociação de seu corpo, como se estivesse olhando à distância para a criança que está sofrendo o abuso.” Algumas fingem que não são elas que estão sofrendo a violência, na busca de a ela sobreviver, pois, muitas vezes, perdura por longos anos. E são as sequelas resultantes que causam problemas emocionais na fase adulta. O abuso sexual da criança com síndrome do segredo, frequentemente, gera distúrbios de personalidade e trauma permanente devidos aos momentos de terror sofridos na infância.

Habigzang (2008) apontam que o abuso sexual no contexto familiar é desencadeado e mantido por uma dinâmica complexa. O agressor se utiliza, em geral, de seu papel de cuidador, da confiança e do afeto que a criança tem por ele para iniciar, de forma sutil, o abuso sexual. A criança, na maioria dos casos, não identifica imediatamente que a interação é abusiva e, por esta razão, não a revela a ninguém. À medida que o abuso se torna mais explícito e que a vítima percebe a violência, o perpetrador utiliza recursos, tais como barganhas e ameaças para que a criança mantenha a situação em segredo. Estudos apontam que esse segredo é mantido, na maioria dos casos, por pelo menos um ano.

A criança sente-se vulnerável, acredita nas ameaças e desenvolve crenças de que é culpada pelo abuso, sentindo vergonha e medo de revelá-lo à família e ser punida. Dessa forma, adapta-se à situação abusiva, acreditando manter a estabilidade nas relações familiares. Outro fator frequentemente associado ao abuso sexual, que dificulta que sua dinâmica seja rompida, é a presença de outras formas de violência intrafamiliar, tais como negligência, abusos físicos e



emocionais. A violência gera um ambiente, no qual predominam os sentimentos de medo e de desamparo. Estes contribuem para que o abuso sexual seja mantido em segredo pela própria vítima e por outros membros da família que, em alguns casos conhecem a situação, mas não a denunciam (Habigzang & Koller, 2008).

O estudo realizado por Jin Huh & Cavalini (2011) aponta que entre os efeitos a curto prazo, médio e longo prazo dessa convivência com o possível agressor/violentador no contexto intrafamiliar pode gerar a aparição de fobias, atraso escolar e enurese, mais tarde a gravidez na adolescência e possíveis tentativas de suicídio. Por fim, pontua-se que o abuso sexual cometido por alguém da família, se configura como uma agressão tanto no âmbito físico, quanto no âmbito psíquico, podendo ocasionar consequências catastróficas na vida do sujeito. E ressaltam importância de psicoterapia familiar, em casos de abuso intrafamiliar, incluindo não só a vítima, mas também a mãe e se possível o abusador.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa de literatura possibilitou descrever os impactos do abuso sexual infanto-juvenil. A descrição da notificação compulsória e as consequências da permanência da convivência das vítimas do abuso sexual intrafamiliar com seus possíveis agressores/violentadores. Os estudos trouxeram dados significativos e merecedores de reflexão, que podem ser pensados e debatidos nos diversos âmbitos da sociedade. E não pontuaram as possíveis estratégias de enfrentamento diante das consequências, observou-se a partir da leitura uma carência de estudos longitudinais voltados para a temática.

Outro ponto passível de reflexão foi a fragilidade da rede de suporte ofertado as vítimas desse tipo de violência Tavares (2004) esclarece acerca desse ponto que o autêntico funcionamento em rede acontece com o envolvimento dos profissionais e com os vínculos afetivos que se constituíram ao longo de uma história comum. Daí a importância do curso de capacitação/sensibilização de profissionais com abordagem nas áreas de Educação, Justiça e Saúde para informá-los sobre a imensa e invisível problemática da violência.



4 REFERÊNCIAS

- Batista, K. G., Corbelino, R.I.R., & Henrique, Y.D. (2014). Abuso e a violência sexual infanto-juvenil incestogênico e seus aspectos psicológicos. *Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Psicologia)* - Faculdade do Pantanal.
- Balbinotti, C. (2008). A violência sexual infantil intrafamiliar: a revitimização da criança e do adolescente vítima do abuso. *Temas em Psicologia*, 35(1).
- Boarati, M. C., Brisighello, S.M.B., & Arruda, S.L.S. (2009). Abuso Sexual na Infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 19(3), 412-425.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Dell'Aglio, D.D., Teodoro, L.M., & Maycoln C.P. (2007). A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: estudo de caso. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2).
- Costa, L.F., & Penso, M.A. (2007). Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2).
- Florentino, B.R., Bérghamo, A. (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Revista de Psicologia*, 27(2), 139-144.
- Habigzang, L.F., Corte, F. Dala; Hatzenberger, R.; Stroehrer, F. & Koller, S.H. (2008). Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344.
- Huh, D. M. J., & Cavalini, S. F. S. (2011). *Consequências do Abuso Sexual Infantil no Processo de Desenvolvimento da Criança: Contribuições da Teoria Psicanalítica*. Universidade Presbiteriana Mackenzie
- Roman, A.R., & Friedlander, M.R. (1999) Revisão Integrativa de Pesquisa Aplicada à Enfermagem. *Cogitare Enfermagem*, 3(2), 109-12.
- Martins, C.B.G., & Jorge M.H.P.M. (2010). Abuso Sexual na Infância: A vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. *Texto Contexto Enferm*, 19(2), 246-55
- Martins, C.B.G & Jorge, M.H.P.M. (2010). Abuso Sexual na Infância e Adolescência: Perfil das Vítimas e Agressores no Sul do Brasil. *Texto Contexto Enferm*, 19 (2), 246-55;
- Minayo, M.C.S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 1(1), 91- 102.
- Melhem, P. M. & Rudy, H.R (2013). A coisificação da mulher e o reforço da negação da vitimização: retorno à lógica da honestidade? *Ciências Criminais*. 4 ed. São Paulo: PUC.



- Neves, A.S., Castro, G.B. (2010). Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. *Temas em Psicologia*.
- Santos, S.S., Dell'Aglio, D.D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22 (2), 328-335.
- Souza, M.T., Silva, M.D., & Einstein, R.C; (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer? *Einsten*, 8(1), 102-6.
- Tavares, M.G., Pizá & G.F.B. (2010). Criando a rede especializada de atendimento. *A violência silenciosa do incesto*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. p. 201-207.